

Nicolau MAQUIAVEL

DA
GUERRA E
DA PAZ



Machiavelli

DA GUERRA E DA PAZ

Nicolau Maquiavel

Tradução de A. César Rodrigues



As editoras **Atlântico Press** e **Coisas de Ler** apresentam em formato digital,
títulos essenciais da Literatura Mundial, publicados
com um *layout* moderno e conteúdo integral e revisto.

Qualquer correcção, sugestão ou comentário serão bem-vindos.
Contacte-nos através do email:
geral@atlanticopress.pt

Mais títulos:

Utopia, de Thomas More
O Profeta, Kahlil Gibran
A Arte da Guerra, Sun Tzu
O Livro dos Cinco Anéis, Miyamoto Musashi
Cartas a um Jovem Poeta, Rainer Maria Rilke

DA GUERRA E DA PAZ

A única razão válida que pode explicar uma guerra é enriquecer-se, empobrecendo o inimigo, e nenhum outro motivo existe para procurar a vitória e fazer conquistas que não seja o de fortalecer a si próprio e enfraquecer o adversário. Portanto, se acontecer que a vossa vitória vos empobreça e a vossa conquista vos enfraqueça, o motivo que vos levou a empreender essa guerra deve, necessariamente, ter sido ultrapassado ou não ter sido atingido.

Enriquecerá com a vitória e a guerra o príncipe ou a República que tiver aniquilado o inimigo e se apodere dos seus bens. Empobrecerá, pelo contrário, o Estado que, na realidade, tenha derrotado o seu inimigo, mas sem o aniquilar e que, em vez de tomar para si as riquezas do adversário tenha de cedê-las ao seu exército. Esse Estado será infeliz na derrota e mais infeliz ainda na vitória. Se sucumbe, terá de suportar o fardo que o inimigo lhe impõe; se vence, terá de sofrer as injustiças que os amigos lhe fazem, o que é ainda mais intolerável por ser mais iníquo, ainda mais quando o Estado é obrigado a sobrecarregar os seus súbditos com novos impostos. E se nele existe a menor parcela de humanidade, não poderá alegrar-se com uma vitória que atinge todos os seus súbditos.

As boas e bem administradas Repúblicas da Antiguidade procuravam, com as suas vitórias, encher o tesouro público de ouro e prata, fazer dádivas ao povo, dispensar os súbditos do pagamento de impostos e celebrar as conquistas com fogos e festas. As Repúblicas de hoje, quando fazem a guerra, começam por esvaziar o erário público, empobrecem em seguida o povo e não sabem, por isso, acautelá-lo contra os seus inimigos.

(Ist. Fior. VI 1)

Quem faz a guerra pretende conquistar e conservar o que conquistou, e deseja conduzir a guerra de modo a enriquecer e não arruinar a sua pátria. Deve também ter-se atenção para o facto de que, ao fazer a guerra e ao ocupar territórios inimigos, não se dissipem os bens do próprio país, antes que se multipliquem tantas vezes quantas for possível. E quem quiser consegui-lo deve proceder como os romanos que faziam guerras curtas e vigorosas. Assim, punham imediatamente em campo poderosas legiões e resultava disso que todas as suas campanhas, desde a fundação da urbe até ao cerco de Vejos, tiveram uma duração de seis, dez ou vinte dias no máximo.

O seu método consistia, principalmente, em marchar contra o inimigo logo após a declaração de guerra e dar-lhe luta tão depressa quanto possível. Se era derrotado, o adversário pedia imediatamente a paz para evitar a devastação do seu país. Então, os romanos exigiam a cessão dos territórios, repartiam estas em propriedades particulares, ou instalavam ali uma colónia, e esta, colocada junto à fronteira do inimigo, tornava-se daí para o futuro uma guarda avançada do território romano. Desta forma, tiravam daí proveito, tanto os colonos que recebiam a terra, como o Estado que mantinha, sem despesa, uma guarnição fronteiriça.

(Dis. II,6)

É quase inacreditável de quantas maneiras diferentes costuma o povo julgar a guerra e as razões da guerra. Os mesmos cidadãos e o mesmo povo que censuravam o Duque Filipo por querer declarar a guerra após dez anos de paz, para defender apenas a sua própria liberdade, pediam, noutra ocasião, com todo o empenho, que se fizesse guerra a Lucca, só para o privar da sua liberdade, apesar das grandes despesas que daí haviam de resultar e do facto de o Estado atravessar uma grave crise. E, pelo contrário, os que tinham aplaudido a primeira guerra, criticavam agora esta. Assim mudam as opiniões com o tempo. E tanto a multidão está mais disposta a arrebatrar os bens de outrem do que a defender os que lhe pertencem, tanto os homens se deixam impressionar mais pela esperança do ganho que pelo receio do prejuízo.

(Ist. Fior.IV,18)

Sob a pressão do interesse, todas as alianças se desfazem. Contudo, as Repúblicas costumam respeitar os tratados durante mais tempo que os príncipes. Conhecem-se exemplos em que um príncipe, por interesses mínimos, violou os seus compromissos, em condições tais que a maior das vantagens nunca poderia ter levado uma república a fazer o mesmo. Ocorre-me, a propósito, a conhecida proposta que Temístocles fez aos atenienses. Declarou num comício popular, ter um plano de que resultaria para a Pátria o máximo proveito, mas não poder revelá-lo publicamente sem tornar com isso a sua realização impossível. O povo de Atenas designou então Aristides para tomar conhecimento do assunto, a fim de que a cidade pudesse depois decidir segundo o seu parecer. Temístocles explicou-lhe como se poderia facilmente tomar ou destruir a frota de toda a Grécia, que estava fundeada próximo e se encontrava confiada ao comando supremo de Atenas, o que daria a esta cidade predomínio absoluto sobre toda a Grécia.

Aristides comunicou então ao povo que a proposta de Temístocles era proveitosa e tentadora, mas absolutamente desonesta, e por isso o povo a rejeitou. Não teriam talvez procedido do mesmo modo Filipe da Macedónia e outros príncipes que, mais por violações de compromissos que por qualquer outro meio, tentaram ganhar e conseguiram-no.

(Disc. I. 59)

Embora o engano seja condenável em todos os outros atos da vida, na guerra pode ser louvável e quem vence os seus inimigos com ardis e astúcia é tão elogiado como aquele a quem a força das armas deu a vitória. Conhecem-se muitos exemplos disso e não vou aqui repeti-los. Pretendo apenas dizer que não considero honroso nenhum embuste que cometais, violando a palavra dada e o tratado firmado, embora possais, dessa forma, conseguir um trono e um império. Nunca lograreis com isso a glória. Refiro-me, pelo contrário, à astúcia de que possais servir-vos contra um inimigo que não confia em vós, e pertença essencialmente à arte da guerra. Foi a um desses embustes que recorreu Aníbal, ao dar, no mar de Perúgia, a ilusão de que fugia para desse modo cercar o cônsul romano e o seu exército. E foi semelhante o ardil de do general samnita Pôncio, na Forças Caudinas. Ocultou o seu exército por detrás das montanhas e enviou alguns soldados vestidos de pastores e acompanhados de rebanhos. Esses soldados tinham por missão deixar-se aprisionar pelos romanos e, ao ser-lhes perguntado onde se encontrava o exército samnita, responder que ele avançava sobre Nocera para a sitiar. Os cônsules acreditaram nisso e os romanos aventuraram-se no desfiladeiro onde foram apanhados de surpresa pelos samnitas. Esta vitória, embora ganha por astúcia, teria podido dar a máxima glória a Pôncio, se este tivesse seguido o conselho de seu pai que dizia dever pôr-se os romanos em liberdade sem os molestar, ou então aniquilá-los todos sem exceção, mas não optar em caso algum por um meio termo que não granjeia amigos nem suprime inimigos. Em política, o meio termo é sempre prejudicial.

(Disc. III, 40)

Tenho ouvido muitas vezes homens esclarecidos nas coisas da guerra, discutirem sobre se é melhor fazer frente ao inimigo dentro das próprias fronteiras ou atacá-lo no seu país. Tanto para um como para outro ponto de vista se invocam razões.

Diz-se que o ataque provoca mais entusiasmo, o que dá ao exército maior confiança em si próprio. Além disso, o atacante priva o adversário duma porção de recursos, pois os dos seus súbditos nas regiões ocupadas e saqueadas não lhe podem ser de utilidade alguma. Também o Estado que tem inimigos no seu território é forçado a usar das maiores cautelas no lançamento de impostos e no recrutamento dos seus súbditos a fim de não esgotar a única fonte com que pode alimentar a guerra.

Finalmente, os soldados do país atacante estão em situação mais difícil por se encontrarem em território inimigo, e vêm-se, por isso, na necessidade de lutar com maior coragem.

Por outro lado, contudo, diz-se que esperar o ataque do inimigo no seu território confere uma situação mais vantajosa, porque, sem ter de sofrer grandes perdas, pode facilmente privar o inimigo de tudo quanto ele necessite em matéria de alimentos e artigos militares.

Como tem um melhor conhecimento do seu próprio país, pode com facilidade frustrar os planos do adversário e também atacá-lo com efetivos superiores, pois encontra-se em melhores condições dentro do país do que fora dele para reunir todas as suas forças. Além disso, no caso de ser derrotado, poderá mais facilmente reagrupar o seu exército desde que os que estão em debandada se encontrem na pátria e as reservas não tenham de ser chamadas a partir de grande distância. Finalmente, dentro do próprio país podem utilizar-se todas as forças, sem ter de arriscar tudo, ao passo que, em país estrangeiro, tem de arriscar-se tudo sem se poder utilizar todas as forças. Já tem mesmo acontecido que, a fim de enfraquecer o inimigo, um país conceda ao inimigo alguns dias de marcha no país e o deixe ocupar

determinada extensão do território, para que a dispersão das forças de ocupação lhe permita mais facilmente vencê-lo.

Se me perguntassem qual destas opiniões defendo, começaria por estabelecer a seguinte diferença. Ou o país e o povo estão armados, como sucedia antigamente em Roma e hoje sucede na Suíça, ou o povo está desarmado como na antiga Cartago e na moderna França e na Itália. Neste último caso, devo procurar manter o inimigo afastado do país, pois a força da minha pátria reside no ouro e não nos homens. Estarei perdido logo que me barrem o passo para o meu ouro e nada é mais perigoso nesse sentido do que uma guerra no próprio país. Assim aconteceu aos cartagineses. Enquanto o seu país esteve a salvo do inimigo, puderam, com o auxílio dos seus rendimentos, sustentar a guerra contra Roma. Mas quando o seu próprio território foi atacado, não conseguiram, por mais tempo, resistir. Também os florentinos não souberam defender-se da Castruccio, soberano de Lucca. Quando este invadiu o seu território tiveram de se entregar às mãos do rei Roberto de Nápoles, para que os protegesse. Mas depois da morte de Castruccio tiveram os mesmos florentinos a coragem de atacar o duque de Mailand no seu próprio domínio e a sorte de o expulsarem dali.

Contudo, os Estados em que o povo está armado, como Roma ou a Suíça, são tão mais difíceis de vencer quanto mais profundamente neles se penetra. Pois os seus grupos de guerreiros, ao reunirem-se, possuem mais força para resistir que para atacar. Se as três derrotas sucessivas que Aníbal infligiu a Roma, em tão curto espaço de tempo, tivessem ocorrido na Gália, por exemplo, e não na Itália, os romanos estariam perdidos, pois não teriam podido reunir e organizar de novo os destroços do seu exército, nem teriam tido a possibilidade de continuar a oferecer resistência ao inimigo com tropas frescas. Os cimbrós derrotaram na Germânia um exército romano e Roma nada pode contra eles. Mas quando eles marcharam sobre a Itália, Roma pode lançar contra eles todas as suas forças e aniquilá-los. Também os suíços podem ser facilmente vencidos fora do seu país, pois não conseguem enviar mais de trinta a quarenta mil homens. Mas no seu próprio país, onde poderão reunir cem mil, tornar-se-ia muito mais difícil vencê-los.

Tiro daqui a conclusão de que um país que tem uma população armada e aguerrida, deve, de preferência, travar uma grande e perigosa luta no seu

próprio território. Mas quando o povo se encontra desarmado e mal preparado, a guerra deve sustentar-se tão longe do país quanto possível. Deste modo, o estado render-se-á melhor.

(Disc. II. 12)

Qualquer pessoa pode, a seu belo prazer, desencadear uma guerra mas não acabar com ela. Para isso, deve o Estado, antes de a iniciar, calcular com rigor as suas forças e orientar-se por esse cálculo. Acima de tudo, deve ter o bom senso de não sobre avaliar as suas forças, o que acontecerá se der mais valor ao dinheiro, à situação geográfica e à disposição do povo do que às próprias armas. Pois as três coisas mencionadas podem, na verdade, fortalecer, mas não substituir, a vossa força militar. Só por vós nada valeis, e, sem bons soldados, não vos serão da mínima utilidade.

Com o decorrer do tempo, o povo só vos continuará fiel se souberdes protegê-lo, e todas as montanhas, mares e praças fortes serão para o inimigo alvo fácil, quando faltem valorosos defensores. Por fim, o dinheiro só por si não vos protege, antes vos leva a serdes rapidamente despojados. Nada é mais falso, portanto, do que a opinião geral de que o dinheiro é o nervo da guerra.

Se o dinheiro bastasse para chegar à vitória, Dario teria vencido Alexandre, os gregos e os romanos, e no nosso tempo, Carlos o Temerário, os suíços e ainda mais recentemente, na guerra de Urbino, o Papa e Florença teriam derrotado com facilidade Francesco Maria. Mas sucedeu, pelo contrário, que foram vencidos porque os seus adversários consideravam os bons soldados e não o dinheiro, como nervo da guerra. E há alguns anos os venezianos, embora o seu tesouro estivesse intacto, perderam todo o seu território, sem que o dinheiro nada lhes valesse.

Defendo, portanto, o contrário do que toda a gente proclama: o nervo da guerra são os bons soldados e não o dinheiro. Pois o dinheiro não basta para arranjar bons soldados e bastam bons soldados para arranjar dinheiro. Se os romanos tivessem pretendido fazer a guerra mais com o ouro que com o ferro, não lhes teria sido suficiente todo o dinheiro do Mundo, tão grandes eram os seus planos e tão gigantescas as dificuldades. Mas como lutavam com ferro, nunca lhes faltou o dinheiro, porque aqueles que receavam as suas armas vinham trazer-lho ao acampamento.

(Disc. II, 10)

A mais triste de todas as situações a que um Estado pode ser levado é a de não poder aceitar a paz nem prosseguir com a guerra. É o que se verifica quando as condições de paz são muito pesadas e vexatórias, ou quando o país corre o risco, no caso de continuação da guerra, de vir a ser presa do seu inimigo e dos seus aliados. A uma tal situação só se é levado por uma política inábil e por um cálculo errado das próprias forças. Um Estado que sabe avaliar as suas forças, nunca chegará a isso.

(Disc. II, 24)

No ano de 1512 um exército espanhol invadiu o território florentino para restaurar no poder os Médicis e impor um tributo à cidade. Tinham-no chamado alguns cidadãos que lhe haviam prometido tomar as armas e auxiliá-lo, logo que os soldados espanhóis pusessem pé em território florentino. Mas como tivessem já desembarcado, e sem que nenhum dos conjurados se manifestasse, e comesçassem a faltar-lhes mantimentos, os espanhóis tentaram negociar. Mas o povo de Florença era arrogante e recusou qualquer acordo. Daí resultou a derrota de Prato e a queda da República.

Nenhum erro é mais funesto aos Estados que são atacados por um inimigo poderoso do que rejeitar um acordo que lhes é oferecido, pois nunca o inimigo, ao propor esse acordo, fará uma oferta tão má que nela não haja alguma coisa de vantajoso para aquele que a aceita.

(Disc.II.27)

Durante algum tempo, pareceu ser destino da República Veneziana perder a guerra e ganhar a paz, e o que perdiam na guerra era-lhes restituído depois da paz, muitas vezes em dobro.

(Ist. Tior. VI.19)

Se dois vizinhos vossos travarem guerra entre si, a situação será diferente conforme, em caso de vitória, tenhais ou não alguma coisa a recear do vencedor. Em qualquer dos casos, porém, o melhor para vós será tomardes partido e fazerdes uma guerra honrosa. Se não tomardes partido, tornar-vos-eis, mais tarde ou mais cedo, a presa do vencedor, com alegria e satisfação do vencido, e ninguém terá pretexto nem possibilidade de ir em vosso auxílio. Pois o vencedor não quer um amigo duvidoso, que em caso de necessidade não o ajudou, e o vencido, a quem não socorrestes, não virá com certeza ajudar-vos.

Só vos aconselha a neutralidade quem não for vosso amigo, pois quem o for exigirá que tomeis partido. Só um príncipe irresoluto procura refúgio na neutralidade com receio de um perigo momentâneo e quase sempre isso acarreta a sua perda.

Se vos colocastes abertamente ao lado dum dos partidos e é este que vence, ficar-vos-á reconhecido. E assim, mesmo que se torne poderoso e vos tenha na mão, nunca são os homens tão vis que cometam a enorme ingratidão de vos oprimir. Além disso, na maior parte dos casos, uma vitória não é tão completa que, depois dela, o vencedor não tenha de ter certos cuidados, em especial quando se trata do direito e da justiça. Mesmo que perca aquele por quem tomastes partido, encontrareis nele sempre apoio, procurará auxiliar-vos o melhor que possa e, se tiver finalmente a sorte de se restabelecer, partilhareis o seu êxito.

Mas se os dois adversários são de tal tipo que em caso algum deveis recear o vencedor, tanto mais sensato será da vossa parte tomar o partido de um deles. Pois aquele que apoiardes será então o vencedor e, como aniquilou com o vosso auxílio um inimigo, que no seu próprio interesse melhor faria em conservar, entregou-se por isso inteiramente ao vosso poder.

Nunca, porém, deve um Estado aliar-se a outro mais poderoso para vencer um inimigo, a não ser em caso de extrema necessidade. Pois se o aliado vence, ficareis a depender por completo dele, e nada deve um estado recear

mais que essa dependência. Assim se aliaram, sem necessidade, os Venezianos com a França contra o duque de Milão e daí resultou a sua derrota. Mas se não se puder evitar essa aliança, como sucedeu com Florença quando o Papa e a Espanha atacaram a Lombardia, deve tomar-se partido pelas razões mencionadas.

Mas nunca julgue um Estado proceder com segurança quando toma um partido, antes se convença de que corre todos os riscos possíveis. Pois está na natureza das coisas que não se evita um risco sem se incorrer noutro. A prudência consiste em avaliar a tempo os prejuízos e escolher, como melhor, o menor mal.

(Princ. 21)

A ambição dos venezianos, que esperavam conquistar, deste modo, metade da Lombardia, levou à Itália o rei Luis XII, de França. Não quero censurar esta ação do rei nem o partido que ele tomou. Pois se ele queria pôr pé em Itália, onde não tinha amigo algum e onde todas as portas lhe estavam fechadas devido à política infeliz de Carlos VIII, forçoso lhe era tomar os amigos que lhe apareciam. Além disso, o seu plano teria tido completo êxito, se ele não tivesse, por outro lado, cometido erros. O rei conquistou, portanto, a Lombardia e recuperou assim todo o prestígio que Carlos VIII perdera. Génova rendeu-se, os florentinos tornaram-se seus amigos. O marquês de Mantua, o duque de Ferrara, os Bentivogli, o senhor de Forlì, os senhores de Faenza, Pesaro, Rimini, Camerino e Piombino, mais tarde Lucca, Pisa e Siena, todos se apressaram a oferecer-lhe a sua amizade. E os venezianos puderam, então, verificar o erro que tinham cometido ao fazer esse rei senhor de duas terças partes da Itália, para adquirirem apenas duas pequenas comarcas da Lombardia.

Pense-se agora quão fácil teria sido ao rei conservar a sua autoridade, em Itália, se tivesse, pelo menos, procedido segundo os princípios duma política racional. Deveria ter protegido esses seus amigos, que apesar de serem muitos, eram fracos e tinham motivos para recear Veneza e o Papa, pelo que se encontravam na situação forçada de se ligarem ao rei, e com a ajuda deles poderia ter-se prevenido contra os outros Estados que continuavam a ser poderosos.

Mas logo que chegou a Milão, o rei fez o contrário de tudo isso. Ajudou o Papa Alexandre VI a conquistar Romagna. Não entendeu que se enfraquecia, repelindo os que eram seus amigos e nele tinham confiado, engrandecendo a Igreja que, ao poder espiritual que tanta autoridade lhe dava, juntava ainda o poder temporal. E tendo cometido o primeiro erro, foi forçado a prosseguir nesse caminho falso. Para pôr um termo às conquistas do Papa Alexandre e impedi-lo de se apoderar da Toscana, viu-se obrigado a marchar sobre a Itália.

E não lhe bastava ter fortalecido a Igreja e ter-se privado dos seus amigos. Quis também o reino de Nápoles e partilhou-o com o rei de Espanha! E quando ele fora até ali o único senhor e árbitro da Itália, arranjou um parceiro, para que todos os elementos ambiciosos e descontentes do país tivessem em quem se apoiar contra ele. Poderia ter deixado em Nápoles um rei sob a sua própria dependência. Em vez disso, expulsou-o e instituiu outro que poderia vir a expulsá-lo a ele próprio.

A sede de conquistas é coisa absolutamente natural e corrente, e quem conquista tendo poder para o fazer, merece louvor e não censura. O que é errado e censurável é que alguém pretenda conquistar a todo o custo, sem ter forças para isso.

Se o rei de França pudesse atacar e conquistar Nápoles com os seus próprios recursos, deveria fazê-lo, mas, não podendo, não devia, em caso algum, partilhá-lo com outrem. Que partilhasse a Lombardia com os venezianos, pode ser desculpado, porque só desse modo podia pôr pé em Itália. Que tenha partilhado Nápoles sem os espanhóis merece censura, porque essa partilha não se justificava pela mínima necessidade.

Dir-me-ão que Luís XII cedeu ao Papa a Romagna e ao rei de Espanha Nápoles para evitar uma guerra. A isso responderei que, para evitar uma guerra, nunca se deve chegar a uma situação desfavorável. Pois desse modo não se evita a guerra, antes se atrasa com prejuízo próprio.

Falei sobre este assunto em Nantes com o cardeal de Ruão, no tempo em que Valentino — nome por que era habitualmente conhecido César Bórgia, filho do Papa Alexandre — ocupava a Romagna. Como o cardeal me dissesse então que os italianos nada percebiam de política, respondi-lhe: “Os franceses é que nada percebem de política, pois de outro modo nunca teriam deixado o Papa ter tanto poder”. A experiência deu-me razão. A França tornou o Papa e a Espanha poderosos em Itália, e preparou assim, a sua própria decadência.

Há nisto uma valiosa regra geral que nunca, ou raras vezes, mente: quem torna outrem poderoso, arruína-se a si próprio. Pois o poder que conservais é produto da vossa grande capacidade política ou da vossa força, e tanto uma como outra vos tornarão suspeito àqueles a quem engrandecestes.

(Princ. 3)

No meio de toda a minha infelicidade, nada me alegrou tanto como as vossas explicações, pois há sempre em mim alguma coisa que aprender. Pensai em como estou longe de tudo quanto me é querido e imaginai quanto me foi grato receber a vossa carta! Tenho-a lido repetidas vezes e de todas elas esqueci e minha infeliz situação e julguei estar novamente no meio dos negócios políticos, em que tanto tempo e tantos esforços despendi inutilmente.

Jurei não mais voltar a pensar nem falar de assuntos políticos e para isso vim viver para o campo, evitando todo o convívio. Todavia, para vos responder, quero quebrar todos os votos, pois entendo ser a nossa velha amizade mais valiosa que qualquer outra obrigação, sobretudo quando me é feita tão grande honra como no final da vossa carta que, a falar verdade, quase me deixou um pouco vaidoso, pois é sempre muito bom ser louvado por um homem digno de louvores. Na verdade, não sei se os meus juízos ainda vos agradarão como noutros tempos. Sirva-me de desculpa o facto de andar há tanto tempo com o pensamento desligado de todas estas coisas da política e de não ter quase nenhuma oportunidade de recolher pormenores concretos. E sabeis como é fácil, ser-se levado pela fantasia ao formular juízos. O que vou dizer-vos será baseado no que me escrevestes e em suposições que tenho para mim próprio. Se estas forem falsas, tenho-me por desculpado, como disse, devido à minha situação.

Quereis saber qual foi, em meu entender, a razão que levou a Espanha a concluir com a França estas tréguas e chegastes mesmo à conclusão, depois de ponderados todos os aspetos da questão, de que essas tréguas não correspondem, de modo algum, ao interesse da Espanha. E visto que, por um lado, tendes o rei de Espanha por muito sábio, e, por outro, considerais errado este seu ato, sois forçado a admitir que por detrás dele se oculta uma grande ideia, que nem vós nem qualquer outra pessoa pode hoje ainda compreender. Na realidade, não poderia o que sobre isso dizeis ser mais perspicaz nem mais sensato e creio que sobre o assunto nada resta dizer. Todavia, para vos prestar serviço, vou escrever-vos o que me passa pela ideia.

Parece-me que o erro inicial do vosso cálculo provém de considerardes, a priori, o rei de Espanha como judicioso. Pareceu-me sempre ser mais astuto e favorecido da sorte do que sábio e prudente. Não vou aqui repetir, de fio a pavio, a história dos últimos anos. Falarei apenas do seu último empreendimento contra a França, em Itália, isto é, da época que antecedeu a intervenção da Inglaterra, ou em que ele não podia estar certo de que a Inglaterra interviria. Aí, se bem que o resultado pareça dar-lhe razão, pôs ele em jogo, sem necessidade, todos os seus Estados, que é o que de mais leviano um príncipe pode fazer. E digo: sem necessidade, pois ele bem sabia o que no ano anterior o Papa fizera à França: atacara os amigos italianos desta e tentara sublevar Génova. E sabia também quanto ele próprio desafiara a França: enviara as suas tropas com as da Igreja contra os aliados da França. E apesar de tudo, a França vitoriosa, que derrotara o Papa e aniquilara todos os seus exércitos e teria podido expulsá-lo de Roma e à Espanha de Nápoles, nada disso quis fazer, antes propôs um acordo. A Espanha nada tinha, portanto, a temer da França, e é falso dizer-se que atravessou este país apenas para defender Nápoles. O rei devia saber que a França, esgotada e paralisada por todos os lados, não premeditava, de modo algum, um ataque. E se a Espanha diz que a França não chegou justamente a atacar por ser obrigada a guardar certos respeitos, a que noutra ocasião poderia não atender, replicar-lhe-ei que os respeitos que ela noutro tempo tinha de guardar, há-de guardá-los sempre. Pois o Papa terá sempre que impedir que a França se estabeleça de novo em Nápoles, e a França terá sempre de guardar respeito ao Papa e às outras potências que se aliaram contra os seus ambiciosos planos. Talvez me argumentem que a Espanha pode ter receado que, a não se aliar ela própria com a Igreja para atacar a França, o Papa Júlio II, que era homem violento e exaltado, poderia, por despeito, ter-se aliado com a França para a atacar a ela. A isso responderei, porém, que se França tivesse então tido a faculdade de escolher as alianças, de melhor vontade se teria aliado com a Espanha do que com o Papa, pois desse modo estaria mais certa da vitória e, na verdade, sem grandes esforços militares. Além disto, a França sentia-se agravada pelo Papa e não pela Espanha. Para se vingar e para satisfazer o desejo da Igreja, depois de um concílio, a França teria a todo o tempo abandonado o Papa. Naquela época, portanto, teria podido a Espanha negociar uma paz duradoura ou concluir todas as alianças que garantissem a sua segurança. Todavia, o rei desprezou todas estas possibilidades e optou pela guerra, embora devesse

recrear que uma única batalha perdida lhe custasse todos os seus Estados. Recebeu-o, de facto, quando perdeu a batalha de Ravena. Logo que recebeu a notícia dessa derrota, enviou Consalvo para Nápoles. Esse reino parecia então estar já perdido e até mesmo o seu domínio em Castela se encontrava ameaçado. Nunca ele podia ter previsto que, como afinal sucedeu, os suíços viessem vingá-lo, consolidar o seu domínio e restituir-lhe a autoridade perdida.

Refleti em tudo que sucedeu e na forma como ele se comportou, e vereis que o Rei de Espanha possui mais astúcia e sorte que sagacidade e prudência. Ainda que eu veja um homem cometer apenas um erro, julgo-o capaz de cometer mil. Por essa razão, não posso crer que a sua atitude inicial oculte alguma coisa mais do que claramente se vê, pois não me deixo enganar e nenhuma autoridade poderá convencer-me nesses assuntos sem boas razões. Concluo disto que, provavelmente, a Espanha cometeu um grande erro, quando teve a má ideia desta trégua e a outra ainda pior de a assinar.

Mas deixemos isto e suponhamos que o rei é prudente e que esta sua medida foi sensata. Se parto deste princípio, necessito de saber ao certo, para conseguir ir ao fundo da questão, se a trégua foi concluída antes ou depois de ser conhecida a morte de Júlio II e a elevação de Leão X, pois isso deveria fazer certa diferença. Embora não tenha quanto a isso, pretendo partir do princípio de que ela tinha sido formada antes desse acontecimento. E agora pergunto-vos o que, em vossa opinião, deveria a Espanha ter feito nesta situação. Dizeis-me que ela poderia ter concluído a paz com a França, restituindo-lhe o Ducado de Milão, a fim de conquistar as suas boas graças e retirar-lhe qualquer pretexto de enviar novas tropas para Itália. A isso respondo que para avaliar com rapidez da situação deve partir-se do princípio de que o rei de Espanha começou a sua campanha contra a França na esperança de a derrotar, porque contava com o Papa, com a Inglaterra e com o imperador alemão mais do que o resultado posteriormente o justificou. Do Papa esperava obter muito dinheiro; do imperador, contava com o auxílio dum corajoso ataque à França; finalmente, contava que o rei de Inglaterra, novo, rico e ambicioso como é, tivesse grande êxito, se se empenhasse na questão. Desta forma, contava poder levar a França, dentro

de pouco tempo, a aceitar todas as suas condições, tanto no seu próprio país, como em Itália.

De todos estes planos nenhum teve êxito. Do Papa, obteve, com efeito, a princípio, algum dinheiro, mas por fim não só este deixou de lho dar, como tentou provocar a sua queda, por todos os meios possíveis. Do imperador nada mais conseguiu além da viagem de Monsenhor von Gurck. A Inglaterra enviou poucas tropas que não podiam comparar-se com as suas. Se não tivesse podido conquistar Navarra, o que só lhe foi possível porque a França se encontrava desprevenida, ambos os seus exércitos se teriam comportado miseravelmente. Mesmo assim, só resultou desonra desta campanha. Um dos Exércitos nem uma única vez se aventurou fora das florestas de Fonterabi,a e o outro retirou-se imediatamente para Pamplona e só com dificuldade ali se manteve. Deste modo, não tardou que a Espanha se visse esgotada e sem defesa, apesar do número excessivo dos seus aliados, dos quais em vez de auxílio deveria ter esperado traição, pois todos negociavam, diligentemente com a França. E perante ela estava a França, completamente impávida, em aliança com Veneza e aguardando o auxílio dos suíços. Assim, o rei julgou preferível entender-se com a França de qualquer forma, do que prosseguir a guerra numa situação tão incerta e confusa, aumentando as despesas já dificilmente suportáveis. Sei de fonte segura que o nosso embaixador na corte espanhola diz não haver ali dinheiro algum nem possibilidade de o obter, e que o exército se compõe apenas de recrutas que começam já a recusar obediência.

Creio, pois, que ele optou por esta trégua, pela simples e única razão de querer evitar à sua pátria uma tão dispendiosa guerra. Pois se na Primavera Pamplona tivesse caído, Castela estaria perdida sem remédio, e é natural que ele não quisesse expor-se a esse perigo. E no que diz respeito à situação em Itália, é possível que ele tivesse confiado mais do que devia nas suas próprias tropas, mas creio que ele nem dos serviços, nem do Papa, nem do imperador esperou mais que o estritamente necessário. Ele pensa, segundo parece, que com a comida virá ao Papa e aos outros italianos o apetite. E julgo também que ele não concluiu ainda um tratado mais chegado com a França nem lhe garantiu o ducado de Milão, como vós pensais que ele deveria ter feito, pois não terá pensado nisso ou não o terá julgado conveniente. Não creio, tão pouco, que a França concordasse com isso, pois

deve ter-se entendido com Veneza sobre o assunto e não confiaria muito nele nem nas suas armas. Além disso, pensará que a Espanha lhe faz essa propaganda, não para concluir um tratado, mas para prejudicar a aliança com os outros.

Não vejo, de resto, que esse tratado pudesse trazer qualquer vantagem à Espanha. A França, com a ajuda da qual ela obteve também o ducado, tornar-se-ia, em qualquer caso, poderosa em Itália, pois mesmo que o exército espanhol lhe tivesse bastado para conquistar Milão, ela teria de estabelecer ali as suas próprias tropas e em número suficiente. E estas teriam de criar receios tanto aos espanhóis como aos italianos, por serem as que estariam em condições de conquistar o país com as suas próprias armas. Ninguém se importa hoje, porém, com a palavra dada e com os compromissos assumidos. Assim, o rei de Espanha não deveria ver em semelhante Tratado segurança alguma, mas sim novos perigos. Ou ele conclui a paz francesa juntamente com os aliados ou não. Poder assiná-la com o consenso dos seus aliados é coisa com que ele não pode contar, pois nunca conseguirá agradar ao mesmo tempo ao Papa, à França, a Veneza e ao imperador. Firmar a paz juntamente com os aliados é, pois, um sonho utópico. Portanto, só poderia fazê-lo sem o consenso deles. Mas ele deve reconhecer, todavia, os inconvenientes óbvios que daí resultariam. Ficaria ligado a um rei e tê-lo-ia tornado poderoso. E é compreensível que nas devidas oportunidades esse rei se lembrasse melhor dos antigos agravos que dos recentes benefícios. Além disso, concitaria contra si todas as potências dentro e fora da Itália, que considerariam grande injustiça serem abandonadas pelo único culpado da guerra coletiva contra a França. Se fizesse a paz, como vós entendeis que devia fazê-lo, o resultado seria ir aumentar o poder do rei de França e voltar contra si próprio os seus aliados. Embora não possa confiar na lealdade da França, teria de contar apenas com ela, por ser poderosa, pois todos os outros se tornaram seus inimigos. E nenhum príncipe prudente se entrega, sem gravosa necessidade, nas mãos de outro.

Disto concluo que, de momento, ele considerou mais seguro aceitar a trégua. Desta forma, manifesta aos aliados a sua fraqueza, faz com que eles não se possam queixar, dá-lhes tempo para o avisarem se isso não lhes agradar, poupa o seu próprio a uma guerra e lança novamente a confusão

nas relações da Itália, onde se vê que há ainda muito que fazer e muitos ossos para roer. Como já tive oportunidade de dizer, aguarda que a comida abra o apetite aos italianos e tem todas as razões para acreditar que o poderio da França em Itália desagrade ao Papa, ao imperador e aos servidores, pelo que raciocina do seguinte modo: se essas potências por si sós não estão em condições de impedir a ocupação da Lombardia pela França, poderão, contudo, juntamente com a Espanha, impedir um novo avanço. Pois se o Papa tivesse de lançar-se-lhe sem reservas nos braços, nunca por certo se poria de acordo com Veneza e os seus aliados, por causa da litigiosa Romagna.

Assim, através desta trégua, ele vê duvidosa a vitória da França e não necessita de se entregar à França nem de irritar os aliados. Porque, ou o imperador e a Inglaterra concordam com a trégua ou não. Se concordarem, é porque pensam que a trégua traz mais vantagens que prejuízos à comunidade. Se não a ratificam terão, futuramente, de conduzir a guerra mais energicamente do que até agora e terão de atacar a França com forças maiores e mais bem ordenadas que no ano passado. Em qualquer dos casos, a Espanha conseguiu o seu objetivo. Penso, por isso, que era essa a sua única intenção e que ela espera com esta trégua, ou forçar o imperador e a Inglaterra a uma guerra mais enérgica, ou tirar vantagem da sua influência por caminho diferente do das armas. Em qualquer outra atitude viu perigos, quer prosseguisse na guerra ou concluísse a paz contra a vontade dos aliados. Escolheu, por isso, o meio termo, que lhe dá a possibilidade de escolher entre a paz e a guerra.

Se tendes observado o procedimento anterior deste rei, pouco vos admirareis desta trégua. Este rei conseguiu ascender duma insignificante e incerta posição a um grande poder, e tem-se sempre imiscuído nos pequenos Estados, atacando-os e arrebatando-os a outros príncipes.

Um dos meios, porém, pelos quais os novos Estados se mantêm e os espíritos pusilânimes se fortalecem ou se perturbam e deixam atemorizar, é prometer sempre qualquer coisa. Deste modo, conservam-se os homens sempre ocupados. Assim se explica a guerra de Granada, a expedição africana, a invasão do reino de Nápoles e todos os empreendimentos cujo objetivo não se descortina. A sua intenção final não é esta ou aquela vitória,

mas o prestígio que por esse meio consegue entre o seu povo e a tensão prolongada que mantém por meio desses seus empreendimentos. Tem a coragem suficiente de tudo empreender, e dá-lhe depois o desfecho que a sorte ou a necessidade lhe oferece. E até agora não têm tido razão de queixa da sua sorte nem do seu ânimo. Lembrai-vos como ele partilhou o reino de Nápoles com a França! Ele devia saber que daí resultaria necessariamente a guerra com a França, sem que lhe fosse possível prever o seu fim. Nunca poderia ter pressentido que derrotaria os franceses na Apúlia, na Calábria e em Garigliano. Bastou-lhe empreendê-lo para ganhar prestígio e esperou poder levá-lo por diante, com sorte e astúcia. E como sempre fez, continuará a fazê-lo e o fim de todos estes jogos provar-vos-á que assim é.

Em todas estas conjeturas parto do princípio de que o Papa Júlio II ainda fosse vivo. Mas se ele tivesse tido conhecimento da sua morte teria procedido da mesma forma, pois se não podia confiar em Júlio II por ele ser inconstante, arrebatado e mesquinho, não podia também confiar no Papa Leão por ele ser prudente. E se o rei de Espanha possui a mínima parcela de sensatez, não esperará gratidão pelos benefícios que anteriormente lhe prestou, e não se deixará seduzir pela recordação das suas anteriores relações. Pois Leão nesse tempo súbdito, hoje soberano, jogava outrora com os bens alheios, hoje com os seus próprios, e tirava então proveito da perturbação, hoje da paz.

(Carta a Vettori)

REGIME E ESTADO

Os diferentes regimes tiveram a sua origem, pouco mais ou menos, da seguinte forma. No começo do Mundo os homens, cujo número era ainda escasso, viviam dispersos e isolados como animais selvagens. Quando, porém, começaram a ser mais numerosos reuniram-se e, para melhor se poderem defender, escolheram entre si o mais forte e mais corajoso, elegeram-no chefe e obedeceram-lhe. E o homem começou assim a distinguir as coisas boas e benéficas das más e prejudiciais. Viu-se como entre os homens se geravam o ódio e a piedade, talvez quando alguém recompensou com o mal o bem recebido, censurou-se o ingrato e elogiou-se o que sabia reconhecer os favores, pensou-se que essa mesma injustiça podia recair sobre qualquer outro, e, para afastar esses males, resolveu-se instituir leis e aplicar um castigo aos que contra elas procedessem. Assim teve origem a ideia de justiça. E daí resultou que, quando foi necessário eleger novamente um príncipe, já não se procurou o mais corajoso, mas sim o mais prudente e mais justo.

Mais tarde, porém, os príncipes deixaram de ser designados por escolha, mas por sucessão. Os herdeiros começaram então a degenerar e deixaram de atender ao cumprimento das suas obrigações, pois entendiam que os príncipes nenhuma outra missão tinham além de exceder os outros em dissipação e voluptuosidade e toda a espécie de vida dissipadora. O príncipe começou, assim, a ser odiado e a temer esse ódio. Do temor passou, contudo, ao ataque e, deste modo, se chegou à tirania. Daí resultaram as causas da decadência, organizaram-se conspirações e conjuras contra o príncipe. E na verdade, não eram os poderosos e os fracos, antes os corajosos, os audazes, os ricos e os nobres que não queriam aguentar por mais tempo a vida desonesta do príncipe. Então o povo seguiu a autoridade dos grandes, armou-se contra o príncipe e, quando este foi aniquilado, submeteu-se aos nobres na qualidade de seus libertadores.

A ideia monárquica tornara-se, no entanto, odiosa para os nobres e, por isso, eles formaram entre si um governo. A princípio, enquanto a recordação da passada tirania se mantinha ainda viva, governavam forte e sabiamente, segundo a constituição por eles próprio promulgada e

sacrificavam os seus interesses pessoais ao bem geral, cuidando com o máximo zelo da proteção dos haveres públicos e privados. Mas quando, por fim, o Governo passou aos seus filhos, que não tinham vivido a anterior transformação e não conheciam, por experiência própria, um mau governo, pouco tardou que estes comessem a não se dar por satisfeitos com a igualdade dos cidadãos e se entregassem à cobiça, ao orgulho e à devassidão, transformando o governo aristocrático numa oligarquia, com menosprezo de toda a ordem burguesa. Assim, passado pouco tempo se tornaram como os tiranos. O povo começou a manifestar descontentamento e a apoiar todo aquele que quisesse opor-se-lhes. E alguém apareceu então que os derrubou com o auxílio popular.

Ainda era, porém, muito viva a recordação dos antigos príncipes e, por outro lado, o governo aristocrático tornara-se odioso devido ao procedimento criminoso dessa gente. Por isso, escolheu-se o regime democrático e promulgou-se uma Constituição de forma a que o poder não ficasse nas mãos nem dum príncipe nem dum grupo de cidadãos poderosos. E como todos os regimes no começo desfrutam de certo prestígio, também o Estado democrático se manteve durante algum tempo, até ter desaparecido, pelo menos, a geração que o instituíra. Sobreveio depois a anarquia e ninguém atendeu mais aos interesses do próximo nem do Estado. Cada qual vivia segundo o seu capricho e todos cometiam mutuamente as injustiças que podiam. E assim se foi forçado a regressar à monarquia, ou para se fugir à anarquia, ou por se depositarem esperanças num homem íntegro. E da monarquia se voltou de novo, passo a passo, à anarquia, tal como acabo de descrever.

É este o ciclo em que todos os Estados têm girado e continuam a girar. É certo que raramente eles voltam, no decurso da sua evolução, a uma forma de governo já experimentada, porque raras vezes um Estado possui vitalidade bastante para sofrer várias vezes esta evolução e permanecer independente, pois sucede muitas vezes que um Estado, ao qual falta o conselho e a força, se torna, no decurso da sua evolução, vassalo de outro Estado vizinho mais bem organizado. Mas se o destino determina que assim não suceda, o Estado percorrerá então, incessantemente, esses sucessivos regimes. E digo que todos estes regimes são prejudiciais, porque os seus bons períodos são sempre de curta duração, e os seus maus períodos cada

vez mais nocivos. Os sábios que reconhecem este defeito, não escolheram nenhuma destas fórmulas simples quando tiveram de dar uma Constituição a um Estado, antes tentaram criar uma fórmula conjunta. Consideram esta mais segura e duradoura, porque, onde a monarquia, a aristocracia e a democracia estão reunidas num mesmo Estado, cada uma destas forças encontra-se sob a benéfica fiscalização das restantes.

Assim era em Roma. Também ali se deu a evolução a partir das mesmas causas e pela mesma forma que descrevi. Mas nunca para dar poder à nobreza se retirou todo o poder ao rei e nunca se privou a nobreza de todo o poder para o dar sem limites ao povo. Os poderes mantiveram-se sempre em equilíbrio e assim se criou um Estado perfeito.

(Disc. I. 2)

Um Estado para ser duradouro, deve ser uma Monarquia pura ou uma República pura. Todos os regimes que oscilam entre os dois têm defeitos. A razão é óbvia. A partir da Monarquia só há um caminho, que é a República, e a partir da República só há o caminho da Monarquia. Contudo, os regimes que ficam no meio termo têm perante si duas vias: podem evoluir para uma Monarquia pura ou para uma República pura e, por isso, o perigo da instabilidade é neles maior.

(Sopra il riformar lo stado di Firenze)

Onde predomine grande igualdade entre os cidadãos institua-se uma República; onde predomine grande desigualdade, uma Monarquia; de outro modo o regime não terá sentido interior e não será, portanto, de longa duração.

(Disc. I. 55)

Torna-se sempre difícil para um povo, que se habituou a viver sob o domínio de um príncipe, defender a liberdade republicana que um acaso qualquer lhe proporcionou. É o que nos ensina a história e o que se concluiu da natureza das coisas. Passa-se com esse povo o mesmo que com um animal que, embora selvagem por natureza e criado para a liberdade das florestas, viveu muito tempo na gaiola e em cativeiro e regressa um dia à selva. Não está habituado a procurar o seu próprio sustento e já não conhece esconderijo onde se possa esconder. Torna-se, assim, presa fácil do animal que queira agarrá-lo.

Um povo habituado a viver sob as ordens de um superior, não sabe orientar-se por si próprio em coisas de política e pouco tempo depois cairá de novo sob um jugo, muito mais duro que o outro do qual acaba de libertar-se.

Resulta disto que um Estado, que se transforma em República, provoca internamente inimigos e não amigos. Tornam-se seus adversários todos os que, anteriormente, auferiam proventos da Monarquia e partilhavam da sua riqueza. Privados de toda a influência e incapazes de pactuar com o novo regime, são levados a tentar tudo para restaurarem o antigo, a fim de recuperarem a perdida influência. E a República também não arranja amigos, pois uma Constituição livre só em poucos e determinados casos poderá dispensar honras e recompensas excepcionais. E alguém, tendo alcançado essas honras e recompensas não se julga obrigado a agradecê-las.

(Disc. I, 16)

Numa Monarquia hereditária, as dificuldades em conservar o poder são para o príncipe muito menores que noutra recentemente adquirida. Basta-lhe manter a ordem das coisas tal como a instituíram os antepassados e em tudo o mais adaptar-se às circunstâncias. Mesmo sendo mediocrementemente dotado, se o príncipe souber conservar a posse hereditária, só uma força extraordinária e poderosa lhe poderá arrebatá-lo. E mesmo assim, será fácil para o príncipe recuperar o seu trono, logo que o conquistador estrangeiro sofra algum azar. Temos em Itália um exemplo disso no conde de Ferrara, que conseguiu resistir em 1484 aos venezianos e em 1510 ao Papa Júlio II, pela simples razão de que o domínio da sua família sobre o país estava estabelecido de longa data. Um príncipe de sucessão legítima tem pouca razão e pouca necessidade de estabelecer um regime de força, pois pode de preferência fazer-se amar pelos seus súbditos, e desde que não manifeste vícios extraordinários e odiosos, os súbditos sentir-se-ão satisfeitos sob o seu poder. Quanto mais tempo durar o domínio da dinastia, tanto mais esbaterá a recordação da sua origem, e com ela desaparecerá qualquer motivo de renovação, pois são as transformações que lançam os fundamentos para a criação de uma nova ordem.

(Princ. 2)

Mesmo quando um príncipe é menos hábil que o seu antecessor, poderá manter-se no poder, graças aos serviços prestados por este último, e gozar, assim, os frutos do trabalho paterno. O Estado caminhará, porém, para a ruína, se a vida desse príncipe for demasiado longa ou se o seu sucessor não possuir o talento governativo do seu antecessor. Mas se, pelo contrário, dois príncipes, que se sucedem no trono, são dotados de capacidades extraordinárias, poderão realizar obras admiráveis, cuja glória perpetuará o seu nome.

David, era, sem dúvida, um grande monarca, tão hábil no manejo das armas como sensato em política e judicioso nos seus conceitos.

O seu Governo foi tão modelar que, depois de ter dominado todos os povos vizinhos, legou a seu filho Salomão um reino pacificado, que este soube conservar pelas artes de pás e de guerra, colhendo assim, com facilidade, os frutos da obra paterna. Mas o mesmo já não sucedeu com um filho deste, Roboão, o qual não se assemelhava ao avô no talento, nem ao pai na felicidade, e que dificilmente pode conservar a sexta parte da sua herança.

O sultão turco Bazajet II, mais afeiçoado à paz que à guerra, pode, apesar disso manter-se na posse das conquistas de seu pai, Mahomet II, que, à semelhança de David, depois de ter vencido todos os povos vizinhos, deixou ao seu sucessor um Império firme, para a conservação do qual as artes de paz eram suficientes. Mas se o atual soberano, Selim I, fosse igual a seu pai, o Império perder-se-ia. Sucede, porém, que a sua glória parece querer mesmo ofuscar a do avô.

Por aqui se vê que, na verdade, depois de um bom príncipe, um príncipe fraco pode conservar o trono, mas que se a este suceder um segundo príncipe fraco, já isso não é possível, com exceção para os países como a França, onde uma antiga e boa Constituição mantém unido o Estado. E um príncipe fraco, entendo eu ser aquele que nada percebe de guerra.

(Disc. I. 19)

Uma monarquia pode ser governada de duas formas: ou por um príncipe absoluto que, entre os seus súbditos, escolhe, segundo as suas preferências, servidores que o ajudam no governo do país, ou conjuntamente pelo príncipe e pelos seus barões, que gozam desse direito, não por capricho do príncipe, mas sim pela antiguidade e nobreza das suas famílias. Estes barões têm os seus próprios domínios e súbditos, que os reconhecem como senhores e lhes dedicam uma natural afeição.

O príncipe absoluto goza no Estado da mais alta autoridade, pois ninguém, em todo o país, tem outro senhor que não seja ele, e, se os súbditos prestam obediência a outrem, isso não sucede por afeição ou dever pessoal, mas sim porque se trata dum ministro ou de um funcionário do soberano.

São hoje exemplo desta diferença de regimes a Turquia e a França. No reino do Sultão, só este domina, todos os outros são seus servos. O soberano divide o seu reino em “sandjaks”, envia para cada um deles um governador e demite-o quando assim entende. Pelo contrário, o rei de França governa no meio de grande número de senhores de antiga linhagem, que são reconhecidos e amados pelos seus próprios súbditos. Esses fidalgos têm as suas prerrogativas e nenhum rei poderia, sem perigo, atrever-se a tirar-lhas.

(Princ. 4)

A França é um dos reinos mais bem constituídos e governados do nosso tempo. Existe até um grande número de ótimas instituições que asseguram ao povo a liberdade, e ao rei a segurança, mas a melhor de todas elas é o Parlamento e o seu grande significado. Quem introduziu no país esta instituição conhecia a ambição e o orgulho dos poderosos, e sabia quanto era necessário pôr-lhes um travão. Conhecia também o ódio da multidão contra os grandes, ódio vindo do temor, e, para segurança do rei, teve a prudência de não deixar exclusivamente a este, o encargo de os conter, a fim de que ele não tivesse de se indispor com a nobreza, por fazer demasiadas concessões ao povo, nem com o povo, por fazer demasiadas concessões à nobreza. E por isso, erigiu em supremo juiz, o Parlamento, que, sem disso impor ao rei a responsabilidade, pode reprimir os excessos dos grandes e proteger o povo.

Nenhuma constituição é melhor nem mais prudente e nenhuma é mais conveniente à segurança do rei e do Estado.

(Princ. 19)

Um monarca, deve, pois, ter em conta o que pode torná-lo odioso aos olhos do povo. A primeira coisa é extorquir aos súbditos os seus bens. Este facto é de grande importância.

O homem jamais esquece que lhe foram tiradas coisas a que ele atribui valor. A menor necessidade faz-lhe lembrar isso, e como essas necessidades se repetem diariamente, pensa nisso todos os dias. Em segundo lugar, vêm a arrogância e sobrançeria que são para um povo livre o mais odioso e insuportável. E embora não haja, para os súbditos, prejuízo dessa arrogância e sobrançeria, não deixarão, por isso, de odiar o príncipe que as demonstra. Em relação a este perigoso obstáculo deve o príncipe precaver-se. Provocar ódios sem disso tirar qualquer proveito é, no mínimo, leviano e imprudente.

(Disc. III.23)

PENSAMENTOS DIVERSOS

ALIANÇAS

Deves precaver-te para não estabelecer uma aliança com alguém mais poderoso que tu para atacar os outros, a não ser que a isso te vejas forçado. A razão é que, em caso de vitória, te tornas seu prisioneiro e os príncipes devem evitar, na medida do possível, ficar à mercê dos outros. Também se adquire prestígio quando se é um verdadeiro amigo ou um verdadeiro inimigo, isto é, quando se coloca resolutamente em favor de alguém contra outro. Esta forma de agir é sempre mais útil que permanecer neutro, porque quando dois estados vizinhos entram em guerra, o vencido haverá de temer o vencedor. O vencedor não quer amigos duvidosos que não o defendam na adversidade; o derrotado não te concede refúgio por não ter querido compartilhar a sua sorte com as armas na mão.

A ARTE DA GUERRA

O príncipe que não se preocupa com a arte da guerra, além das calamidades que lhe possam acontecer, jamais poderá ser apreciado pelos seus soldados nem confiar neles.

CASTIGOS

Com muito poucos castigos, porém exemplares, o príncipe será mais clemente que aqueles que, por excessiva clemência, permitem que a desordem continue, da qual surgem sempre assassinatos e rapinas.

CIÊNCIA

E como Dante diz que não se faz ciência sem registrar o que se aprende, eu tenho notado tudo nas conversas que me parece essencial, e compus um pequeno livro chamado “De principatibus”, onde investigo profundamente esse assunto, debatendo o que é um principado, que tipos de principado existem, como são conquistados, mantidos e como se perdem.

CORRUPÇÃO

Um estado cujo povo não tenha sido corrompido é fácil de governar; onde existe igualdade não se pode instituir a monarquia, e onde ela falta não se pode fundar uma república... Portanto, que o fundador de uma república a instaure onde haja, ou possa haver, ampla igualdade; que se prefira criar uma monarquia onde exista a desigualdade. De contrário nascerá um estado sem condições para uma longa vida.

CRUELDADE

A crueldade pode ser bem ou mal usada. Bem usada pode dizer-se daquelas que se fazem repentinamente, pela necessidade de se precaver e, depois não se repetem, tornando-as de maior utilidade possível para os súbditos. Mal usadas são aquelas que, mesmo poucas a princípio, vão aumentando com o decorrer do tempo, ao invés de diminuírem.

MEDIDAS IMPOPULARES

Os príncipes devem executar, através dos outros, as medidas que lhes possam acarretar ódio, e executar por si mesmos aquelas que lhes angariam o favor dos súbditos. Devem estimar os nobres, mas não se fazer odiar pelo povo.

MANIPULAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Não existe outro meio de se defender das adulações do que fazer os homens compreenderem que não vos ofendem se vos dizem a verdade, mas, quando toda a gente vos pode dizer a verdade vos falta reverência. Um príncipe prudente deve ter uma terceira opção: escolher homens sensatos e conceder somente a eles a liberdade de lhe dizer a verdade, mas apenas sobre os assunto que ele questionar e nenhum outro.

EVITAR O ÓDIO DO POVO

O príncipe deve inspirar temor de forma que, se lhe for impossível ganhar o amor do povo, consiga evitar o ódio, pois pode-se perfeitamente combinar o facto de se ser temido com o de não ser odiado. O príncipe deve evitar tudo o que o torne odioso ou desprezível.

ESQUECIMENTO

O homem esquece mais facilmente a morte do pai do que a perda do património.

FIDELIDADE À PALAVRA

Um senhor prudente não pode, nem deve, manter a sua palavra quando tal fidelidade se vire contra si mesmo e tenham desaparecido os motivos que determinaram a sua promessa. Se todos os homens fossem bons, este preceito não seria correto, mas uma vez que são maus e não manteriam a sua palavra para convosco, também não deveis manter a vossa.

FORTUNA

A fortuna não quer fazer tudo, convém deixá-la agir e não a perturbar e esperar o momento que lhe permita fazer alguma coisa por nós; é então que vos pertencerá se vos ocupardes mais e vigiardes mais os acontecimentos.

GENEROSIDADE

Tem de se ser generoso com aqueles a quem se não tira nada, e avarentos com aqueles que nada dão. Com aquilo que não é teu nem dos teus súbitos podes ser bastante mais generoso. Gastar o que é dos outros não tira a reputação, pelo contrário, aumenta-a.

GOVERNO

Há três espécies de governo: o monárquico, o aristocrático e o popular.

GUERRA

Não se deve jamais deixar uma desordem prosperar para evitar uma guerra, porque uma guerra não se evita, somente se adia com desvantagem para si mesmo.

IMITAR OS GRANDES HOMENS

Um homem prudente deve percorrer sempre os caminhos trilhados pelos grandes homens e imitar aqueles que se têm destacado de forma extraordinária, para que o mesmo não alcance a sua virtude e algo da sua essência permaneça.

INJUSTIÇAS

As injustiças devem ser feitas todas de um só vez a fim de que, pouco saboreadas, ofendam menos, ao passo que os favores devem ser feitos aos poucos para que sejam melhor apreciados. Quando os homens recebem o bem de quem esperavam o mal, sentem uma maior obrigação em relação ao benfeitor.

LIBERDADE

Quem se torna senhor de um cidade habituada a viver livre e não a destrói, será destruído por ela.

LEI AGRÁRIA

Se bem que seja verdade que a lei agrária quis escravizar Roma durante três séculos, a cidade ter-se-ia perdido antes se o povo, por meio dessa lei e de outras reivindicações, não houvesse conseguido refrear a ambição dos nobres.

NATUREZA HUMANA

Pode-se dizer dos homens que são ingratos, volúveis. Simulam o que não são e dissimulam o que são, fogem do perigo e vivem na ganância. E, enquanto lhe fizeres favores são totalmente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando a necessidade está distante; quando esta se aproxima, viram-te a cara. Os homens esquecem com maior rapidez a morte de seu pai que a perda do seu património. A natureza dos homens é contrair obrigações entre si, tanto pelos favores que fazem como pelos que recebem.

PRESTÍGIO

Também ajuda bastante dar exemplos surpreendentes na administração dos assuntos internos de forma que, quando algum subordinado praticar uma ação extraordinária, (boa ou má) lhe seja conferido um prêmio ou um castigo que dê suficiente motivo para que dele se fale. Temos que ser ardilosos para que cada uma das nossas ações nos proporcione a fama de grandes homens. Muita gente julga que um príncipe sábio deve, quando tiver a oportunidade, fomentar com astúcia alguma oposição a fim de que, uma vez vencida, brilhe mais alto a sua grandeza.

QUALIDADES DO PRÍNCIPE

Há certas qualidades que o príncipe poderia ter. Porém, se aparenta tê-las são úteis. Por exemplo, parecer clemente, leal, humano, íntegro, devoto e sê-lo de facto, mas ter sempre o ânimo predisposto a, se necessário for, poder e saber adotar a qualidade contrária.

RECOMPENSAS

Quem acredita que novas recompensas farão os homens esquecer as antigas injustiças de que foram vítimas, engana-se.

RESISTÊNCIA À MUDANÇA

Os homens vivem tranquilos se mantidos nas antigas formas de vida. A sua incredulidade faz com que acreditem no novo somente quando adquirem uma sólida experiência, A natureza dos povos é muito inconstante: é fácil convencê-los de alguma coisa, difícil é mantê-los convictos.

ROUBO

Aqueles que falam acerca da propensão das pessoas para os roubos ou vícios semelhantes, verão que tudo isso se deve ao facto de os seus governantes se terem comportado de igual modo.

SIMULAÇÃO E DISSIMULAÇÃO

É necessário ser um grande simulador e dissimulado: e os homens são tão simples e submetem-se a tal ponto às necessidades presentes que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar. Cada um enxerga o que aparenta ser, mas poucos tentam conhecer quem és realmente. A falta de prudência do homens leva-os a iniciar uma coisa, e devido às vantagens imediatas que apresentam, não percebem o veneno que por debaixo está escondido.

SORTE

A sorte decide metade dos nossos atos mas permite-nos o controlo da outra metade.

VINGANÇA

Os homens devem ser afagados ou esmagados, porque se vingam das pequenas ofensas já que das graves não podem fazê-lo. A afronta deve ser tal que não gere a ocasião de temer a vingança.

VIRTÚ

... perde o brilho, dissipa-se diante da potência produtiva dos príncipes e dos sujeitos. O governo já é aquilo que dele havia feito o príncipe novo: furor e ordem, ímpeto de virtù, capacidade criadora. O governo é um corpo combatente.

Virtù não pode ser paixão construtiva se não for cupidistas et amor. Não apenas racionalidade instrumental, mas racionalidade de um processo de composição e recomposição, racionalidade que é capaz de mover-se no continuum temporal que se sabe inserir na fluidez do tempo e agir dentro dela.

CRONOLOGIA

1469 — Nicolau Maquiavel nasce no seio de uma família toscana, ilustre mas com poucos recursos, no dia 3 de Maio. Formalmente Florença era uma República, mas quem de facto exercia o poder na cidade era a famosa família Médici, uma dinastia de banqueiros.

1469-1470 — Os filhos de Pedro de Médici, Lourenço e Juliano sucedem-no no controlo dos negócios. Juliano é assassinado na Catedral de Florença por sicários a mando dos Pazzi, uma família rival. Lourenço, cognominado O Magnífico, ficará na história por ter estimulado as artes e a cultura que assinalaram o período de apogeu da civilização florentina. A morte deste mecenas ocorreu em 1492 e registou o início de uma era turbulenta e decadente da cidade.

1494 — O rei francês Carlos VIII realiza uma expedição militar contra os pequenos estados italianos. Começo das grandes invasões estrangeiras na Itália (a chegada dos “bárbaros”, segundo Maquiavel). Depois de 60 anos a controlarem o governo, os Médici fogem de Florença. A república é proclamada.

1498 — Com 29 anos, Nicolau Maquiavel dá início à sua carreira de diplomata na Chancelaria da cidade de Florença. Torna-se secretário da embaixada e viaja para França em 1500. Trava conhecimento com César Bórgia em relação a quem passou a depositar a esperança de que ele poderia vir a ser um dia o príncipe que unificaria a Itália, dilacerada pelas guerras internas e ameaças externas.

1502/3 — Maquiavel instala-se em Roma e depois regressa a França. A sua intimidade com os maiores poderes da época servir-lhe-ão de matéria prima para escrever “ O Príncipe”. Associa-se a Leonardo da Vinci e ao projeto deste de abrir um canal no Arno que permitisse a Florença alcançar o mar.

1512 — O rei de Espanha restaura o poder dos Médici em Florença. É o começo do inferno para Maquiavel. É destituído das suas funções diplomáticas, preso e torturado.

1513 — Maquiavel, caído em desgraça, é confinado ao exílio na sua propriedade de San Cassiano. Dedicase então a pensar e a escrever "O Príncipe" e também "Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio", obras que formarão e influenciarão o pensamento de gerações de estadistas e estudiosos de política.

1518 — As medidas restritivas abrandam e Maquiavel volta a participar nos salões literários e políticos da cidade. Os Médici resolvem aproveitá-lo para algumas missões diplomáticas.

1519 — O Cardeal Júlio de Médici (mais tarde, Papa Clemente VII) encarrega-o de escrever a história da cidade.

1521 — Novas missões levam-no a Veneza e outras cidades.

1527 — Morre aos 58 anos de uma inflamação ulcerosa, bem longe de poder ver a Itália livre da ingerência estrangeira.

FICHA TÉCNICA

© Da Guerra e da Paz, de Nicolau Maquiavel

© Tradução de A. César Rodrigues

© Versão digital:

ATLÂNTICO PRESS . Rua do Salitre nº 84 - 4º Dto. 1250-202 Lisboa - Portugal

www.atlanticopress.pt . marketing@atlanticopress.pt

© COISAS DE LER . Rua Professor Egas Moniz Lote 4, Cave Traseira 2625-659 Vialonga - Portugal

www.coisasdeler.pt . info@coisasdeler.pt

ISBN: 978-989-8659-30-9

Direitos reservados.